

Aderência à Matriz Curricular proposta pela Fundação Brasileira de Contabilidade: Uma Análise via Isomorfismo Institucional

Lucivânia Cordeiro Silva
Universidade Estadual de Feira de Santana
Juliano Almeida de Faria
Universidade Estadual de Feira de Santana
Laerson Morais Silva Lopes
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este trabalho utilizou como referência a proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) de currículo para cursos de Ciências Contábeis do Brasil. Ele tem como objetivo mostrar o nível de utilização dessa proposta por Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, através de uma análise dos currículos, comparando-o com o proposto pela FBC. Foram analisados currículos de 80 instituições, ranqueadas pela Folha de São Paulo entre as primeiras do Brasil, utilizando como arcabouço teórico o isomorfismo institucional (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Os resultados mostram que o maior nível de utilização ocorre nas IES da região Nordeste e o menos no Norte. A disciplina mais adotada é Perícia, Avaliação e Arbitragem e a menos a Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões. Em geral, é possível perceber que o currículo fornecido pela FBC tem um nível de utilização de 50,4%. Nas análises realizadas por meio dos diversos estratos, nota-se que o nível de utilização é bem similar entre as IES, um indício de que há homogeneização nos currículos adotados por elas, corroborando o previsto pelo isomorfismo institucional. O estudo traz contribuições acadêmicas e práticas ao demonstrar para as IES e para órgãos legisladores o nível de utilização da Proposta da FBC, que em tese se afina com as necessidades da profissão.

Palavras-chave: Ensino em Contabilidade, Matriz Curricular, Fundação Brasileira de Contabilidade.

Método de Pesquisa: MET2 – Estudo de Caso/Campo

Área do Conhecimento da Pesquisa: AT 2 – Contabilidade e Educação

1. INTRODUÇÃO

Uma pesquisa histórica permite recuperar a evolução de conceitos, temas e áreas, e a inserir essa evolução em um quadro referencial que ajude a explicar os fatores determinantes e as implicações das mudanças ocorridas, como por exemplo o processo de educação contábil (Luna, 2002). Sendo assim, Lopes de Sá (1997) cita em sua obra quatro tipos de períodos que são os marcos da história da contabilidade, classificando-os desta forma: a) Mundo antigo: primórdios da história até 1202 de nossa era; b) Sistematização: de 1202 do processo das partidas dobradas; c) Literatura: de 1494 a 1840; e d) Científica: de 1840 até os dias atuais.

No Brasil, o ensino da contabilidade começou, assim como descrito por Schmidt e Santos (2008), em 1809, a partir do Alvará do Príncipe Regente, D. João VI, que criou as aulas de comércio (Peleias, 2004). Já entre 1822 a 1889, Schmidt (2000) afirma que o primeiro marco da legislação brasileira foi a criação, em 1850, do Código Comercial que determinou a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração da demonstração do Balanço Geral, anualmente. Demonstrava que o Balanço deveria conter os bens, direitos e obrigações das empresas comerciais.

Schmidt e Santos (2008) relatam que nacionalmente a história da Contabilidade pode ser dividida em dois grandes momentos. O período que vai desde a época do descobrimento enquadrado na parte da Literatura contábil, até o ano de 1964. E o período que se inicia em 1964, já na parte Científica Contábil, quando foi introduzido um novo método de ensino da Contabilidade no país, tendo como destaque na primeira etapa como principais autores Carlos de Carvalho, Francisco D'Auria e Frederico Herrmann Junior. Já na segunda etapa houve vários autores proeminentes, como: Sérgio de Iudícibus, Antonio Lopes de Sá e José Carlos Marion, entre outros (Santos e Schmidt, 2008).

Com o passar dos anos, aconteceram modificações na Contabilidade Brasileira.

Em 1902, o presidente Rodrigues Alves declarou de utilidade pública, com caráter oficial, os diplomas conferidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, Escola Prática de Comércio de São Paulo, Instituto Comercial do Distrito Federal e Academia de Comércio de Juiz de Fora (CARNEIRO et al., 2009, p. 15).

Antes desse ano, não havia contabilistas diplomados, presume-se que eles praticavam a profissão de forma experimental, por isso foi importante o reconhecimento dos diplomas para a categoria. E assim, o curso de Ciências Contábeis foi progredindo ao longo dos anos em 1943, por exemplo, ocorreu uma alteração na história contábil brasileira, o ensino comercial e a regulamentação profissional foram acrescentados e consolidados pelo Decreto-Lei n.º 6.141. Já em 22 de setembro de 1945, através do Decreto n.º 7.938, ocorreu um fato marcante para a configuração deste trabalho, foi estabelecido o ensino técnico em grau superior em Contabilidade.

Atualmente o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) é o órgão que normatiza, regulariza e fiscaliza a execução dos profissionais contabilistas do Brasil. Para atender à demanda de solicitações do aperfeiçoamento do ensino superior em Ciências Contábeis, esse

órgão criou uma comissão, em 2009, para realizar uma “Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis”, que teve o apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e essa já está na sua segunda edição (Carneiro et al., 2009).

Essa proposta, portanto, busca fazer com que os conteúdos abordados quanto às Ciências Contábeis atendam às necessidades daqueles que demandarão do profissional de contabilidade, o que é um dos elementos que mobilizam a homogeneização, conforme o isomorfismo institucional (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Portanto, sendo tal proposta uma construção que envolve tanto esse um legislador, quanto a classe acadêmica, espera-se que ocorra a utilização de tais conteúdos pelas instituições de ensino dessa área. Desse modo, o problema de pesquisa deste trabalho é: **Qual o nível de utilização da matriz curricular proposta pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) pelas Instituições de Ensino de Ciências Contábeis no Brasil?**

O objetivo geral deste trabalho é descrever o nível de utilização da proposta produzida em 2009, pela Fundação Brasileira de Contabilidade nas Instituições de Ensino de Ciências Contábeis no Brasil. Especificamente, busca-se: conhecer as matrizes curriculares consideradas pela Folha de São Paulo como as melhores para o curso de Ciências Contábeis, por meio de uma análise detalhada. Além disso, realizar uma comparativa entre a proposta produzida em 2009 pela Fundação Brasileira de Contabilidade, e as adotadas pelas melhores IES (Instituições de Ensino Superior) do curso de Ciências Contábeis, ranqueadas pela Folha de São Paulo, tendo como pano de fundo a teoria institucional.

Em estudo com o tema aqui abordado, Ott e Pires (2010) comparam a estrutura proposta pelo Conselho Nacional de Educação – CNE com a proposta por organismos internacionais como o IFAC, ISAR/UNCTAD, AICPA e AECC. Santos, Domingues e Ribeiro (2013) analisam as similaridades entre as matrizes curriculares de cursos de Ciências Contábeis de IES do Paraná e o currículo mundial sugerido pela ONU/UNCTAD/ISAR. Apesar das contribuições desses estudos, a grade curricular precisa considerar as demandas locais, o que poderia contribuir para o desenvolvimento de políticas regionais, que representem inclusive oportunidades para os egressos das instituições (Santos; Domingues; Ribeiro, 2013). Considerando esse aspecto, este estudo resolve então analisar a similaridade com uma proposta curricular nacional, a da FBC.

Em função da divergência dos currículos de Ciências Contábeis presentes nos cursos nas diferentes IES, esta pesquisa justifica-se com o propósito de produzir um estudo averiguando o nível de aceitação da proposta fornecida pela Fundação Brasileira de Contabilidade. Essa análise pode ajudar não só aos estudantes, mas também a academia de um modo geral, através da apresentação de uma possível matriz curricular comum às instituições que ofertem o curso de Ciências Contábeis. Há que acrescentar, inclusive, que existem muitas instituições com propostas de ensino obsoletas (Santos; Domingues; Ribeiro, 2013).

Como Carneiro et al. (2009) relatam, a sugestão recomendada pelo Conselho Federal de Contabilidade tem a sua relevância, já que existem 912 Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil reconhecidas com o curso de Ciências Contábeis, em que matrizes curriculares distintas são encontradas. Os autores ainda destacam que essas diferenças complicam não só os estudantes que realizam transferências entre instituições, como também a proposta de uma educação mais harmônica em termos de conteúdo, ementário e bibliografia. A Proposta Nacional de Conteúdo da FBC para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis

destaca, entre outros aspectos, um conjunto de ideias para ser empregado no meio acadêmico nacional, motivo pelo qual este estudo a adota como referência.

Nesse contexto, a pesquisa poderá contribuir para uma melhor qualidade na formação de profissionais que irão ao mercado de trabalho caso as IES passem a utilizar o currículo adotado pela FBC, já que ela apresenta uma adequação da matriz curricular, como firma no trecho da proposta de Carneiro et al. (2009). Ademais, o estudo demonstra para o meio acadêmico, inclusive para os gestores das IES, como está o panorama das matrizes quanto à sua adequação à proposta da FBC.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Desenvolvimento da Contabilidade no Brasil: o ensino e a profissão

No ensino de contabilidade no Brasil, não houve uma escola genuinamente nacional, contudo, existiram vários pensadores que contribuíram para a evolução da contabilidade no país (Schmidt, 2008). Carlos de Carvalho foi um deles, que definiu a contabilidade como sendo

[...] a ciência que tem por objetivo o estudo dos livros, documentos, cálculos e contas por meio dos quais se registram e classificam os atos e fatos administrativos, cujos efeitos sobre o patrimônio ela ensina a pôr em evidência, dando normas para a representação gráfica dos mesmos. (Carvalho apud Pfaltzgraff, 1956, p.15).

Cytrynowicz (2001) observara como o ensino comercial cooperou para o nascimento dos cursos superiores de Economia, Administração e Contabilidade no País. Consideraram a criação da Aula de Comércio por D. João VI, em 1809, como símbolo da pesquisa econômica, e amplificaram a investigação até a criação de tais cursos superiores. Indicaram que, para o ensino comercial identificado com a formação do contador, havia um aprendizado formal de técnicas de gestão dos negócios e que os três cursos surgiram a partir do ensino comercial.

Bacci (2002) pesquisou a evolução da Contabilidade no Brasil, destacando o peso da legislação na carreira contábil, a dificuldade para a aceitação da profissão e para a elaboração dos órgãos de classe. Ponderou como decorrências da legislação sobre a profissão a padronização das demonstrações contábeis, a necessidade da fiscalização do exercício da profissão pelos órgãos de classe e a criação no século XX dos cursos técnicos, profissionalizantes e superiores.

Contudo, só foi possível haver todos esses avanços da contabilidade no Brasil após a criação de institutos e associações, como em 1927, foi criada a instituição do Registro Geral de Contabilistas do Brasil, que tinha o papel de eleger quais os contadores tinham competência para exercer tal função. Através dessa instituição é que surgiu o CFC/CRC que hoje é reconhecido (CRC SP, 2016). A primeira Convenção Nacional dos Contabilistas ocorreu entre 10 a 13 de outubro de 1945, que tinha o objetivo de requerer a criação do

Conselho Nacional de Contabilidade, além de agradecer a ascensão dos cursos técnicos de comércio para o nível superior. Em 27 de maio de 1946, com o presidente Eurico Gaspar, tiveram o seu pedido sancionado pelo Decreto-Lei n.º 9.295/46, quando foram criados os Conselhos Regionais nos vários Estados e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 1808, José da Silva Lisboa foi o primeiro professor da Aula Pública de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro. Para Schmidt (2000, p.205) "Os estudos do comércio tiveram seus passos iniciais na obra de Visconde de Cairu (José Antonio Lisboa) publicada em 1804, intitulada Princípios de Economia Política". Em 1809, foram instituídas as Aulas de Comércio, por meio de um Alvará de 15 de julho desse mesmo ano, começando assim o ensino comercial no Brasil. Apesar da criação da referida aula pública, e de sua atribuição a Cairu, segundo Martins et al. (2006, p. 56), ela não aconteceu de forma pioneira já na 1ª década do século XIX pois "os resultados obtidos com esta iniciativa não lograram êxito, sendo que o Visconde de Cairu jamais lecionou uma aula sequer, fato explicado, pois ele não tinha conhecimentos sobre a matéria". De todo modo, Ricardino (2001) constata a presença atuante das aulas de comércio no Rio de Janeiro (RJ) e São Luís (MA), a partir de 1811. Peleias et al.. (2007) traçou e relatou todo o contexto social da evolução do ensino em contabilidade, desde a chegada da Família Real portuguesa no Brasil em 1808.

Para Godoy (2000), a primeira Escola de Contabilidade no Brasil foi a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado-FECAP criada em 1902 como "Escola Prática de Comércio"; conforme a precisão para localizar mão de obra eficaz na execução das operações de gestão das empresas, sendo que seu ensino era focalizado no comércio, pois seus fundadores tinham o objetivo de organizar o desenvolvimento econômico, financeiro e industrial paulista. Após isso, Cytrynowicz (2001) ressalta algumas modificações do ensino comercial brasileiro a partir da Proclamação da República, com a extinção do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Através do Decreto n.º. 1339, de 09/01/1905, em que essa academia é tratada como de utilidade pública e seus diplomas oficialmente reconhecidos.

Os títulos dos diplomas cedidos incluíam dois níveis, já que a Academia possuía dois cursos: (i) de formação geral e prático, que certificava para as funções de guarda-livros, perito judicial e empregos da área da Fazenda; (ii) de nível superior, cujo acesso ponderava o curso geral como preparatório, habilitava os candidatos para os cargos de agentes-consultores, funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, atuários das seguradoras, chefes de contabilidade de Bancos e de grandes empresas comerciais. No primeiro curso tinha havia diversas disciplinas, de formação geral e comercial, incluindo a Escrituração Mercantil, enquanto no curso de nível superior eram ministradas disciplinas direcionadas à formação comercial, além das específicas de Contabilidade do Estado e Contabilidade Mercantil Comparada (Peleias et al., 2007).

Outro acontecimento marcante para a evolução da contabilidade foi o decreto n.º 1339, que acrescentou as suas distribuições à Escola Prática de Comércio de São Paulo e à extinta Academia de Comércio de Juiz de Fora. Além desse, surgiu uma gama de outros decretos referentes ao ensino da contabilidade no Brasil. Os cursos de Ensino Técnico Comercial foram instaurados pelo Decreto n.º 17329, de 28/05/1926, que aprovou o regulamento dos estabelecimentos de ensino para oferecerem esses cursos: um com formação geral de quatro anos e outro, superior, de três anos.

Já o Decreto nº 20.158, de 30/06/1931, regularizou a carreira de contador e reorganizou o ensino comercial, dividindo-o nos níveis propedêutico, técnico e superior. O Decreto-lei nº 1535, de 23/08/1939, modificou a titulação do Curso de Perito Contador para Curso de Contador. Ao encerrar as mudanças nos cursos técnicos, o Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943, determinou as bases de organização e de regime do ensino comercial, estendendo-o em dois ciclos: o primeiro com um curso comercial básico e um segundo com cinco cursos de formação, intitulados de cursos comerciais técnicos, dentre eles o de Contabilidade.

Com o mandato de Juscelino Kubitschek, o Brasil teve um grande desenvolvimento, principalmente na área industrial. Assim, surge a necessidade de haver uma extensão técnica e administrativa de algumas áreas, por meio do Decreto-lei nº. 7988, de 22/09/1945, surge o curso de Ciências Contábeis, com duração de 04(quatro) anos. No seu primeiro momento, segundo esse mesmo decreto, a grade curricular do curso tinha como disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil.

O currículo do curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi dividido em quatro séries, a partir desse decreto, conforme Tabela 1. Por conta disso, pode-se conjecturar essa formação curricular como pioneira, pois através dela foi gerado o currículo empregado pelas instituições de ensino superior atualmente (Soares, 2011).

Tabela 1: Primeira Grade do curso de Ciências Contábeis do Brasil

Primeira Série	Segunda Série
Análise matemática; Estatística geral e aplicada; Contabilidade geral; Ciência da Administração; Economia política.	Matemática financeira; Ciências das finanças; Estatística matemática e demográfica; Organização e contabilidade agrícola e industrial; Instituição de direito público.
Terceira Série	Quarta Série
Matemática atuarial; Organização e contabilidade bancária; Finanças das empresas; Técnica comercial; Instituições de direito civil e comercial.	Organização e contabilidade de seguros; Contabilidade pública; Revisões e perícia contábil; Instituições de direito social; Legislação tributária e fiscal; Prática de processo civil e comercial.

Fonte: Adaptado do Artigo 3º do Decreto-Lei n. 7.988 de 1945

Após um ano da criação do curso, surge com o Decreto-lei nº 15601/46 a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas - FCEA, surgindo o primeiro núcleo verdadeiro de pesquisa contábil dentro do padrão norte-americano, onde os professores se dedicaram em tempo integral ao ensino e a pesquisa (Iudícibus, 2006). Os conteúdos eram compostos por: aritmética e geometria; geografia geral, comercial e do Brasil; juros simples e compostos, desconto, cálculo de anuidade, amortização, regras de companhia e de liga; moedas e câmbio; pesos e medidas nacionais e estrangeiras. No segundo período havia a história geral do comércio; comércio marítimo e terrestre; prática de letras de câmbio; seguros; falências e concordatas; bancos e suas operações; arrumações de livro (Marroni et al., 2013).

A partir disso, surge a necessidade de criar uma matriz para o curso de Ciências Contábeis. Moreira (2001) argumenta que não há um único entendimento sobre a definição de currículo, já que essas diferenças são reflexos de problemas social, cultural e histórico, e depende também de quem está o analisando.

Já Carneiro et al. (2009, p.18), mencionando o Centro Universitário de Volta Redonda, relata que o conceito de matriz curricular pode ser compreendido como um agrupamento de atividades disciplinares demonstradas em diversos componentes curriculares, como: disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas, estágio, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e atividades complementares, que se relaciona ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Pedagógico de cada curso (PPC) e que exprimem o objetivo do curso e o perfil almejado para o ingresso.

Carneiro et al. (2009) e Marroni et al. (2013) relatam sobre a Resolução CNE/CES n.º 10/04, que institui as diretrizes curriculares que devem ser seguidas pelos cursos de Ciências Contábeis do Brasil. A Resolução manifesta um cuidado com a formação dos bacharéis em contabilidade, propiciando o desenvolvimento de um pensamento crítico o qual a sociedade exige, através do destaque da interdisciplinaridade dos cursos ofertados.

A primeira proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis foi apresentada pela Fundação Brasileira de Contabilidade (Carneiro, 2008). A partir dessa, o currículo proposto para o referido curso no Brasil contempla 3.000 horas, assim distribuídas: 2.640 horas em Conteúdo Curricular, 180 horas de Estágio, 120 horas em Trabalho de Conclusão de Curso, 60 horas em Atividades Complementares. Os conteúdos de formação ficaram divididos: Conteúdo de Formação Básica 900 horas/aula, Conteúdo de Formação Profissional 1.680 horas/aula, Conteúdo de Formação Teórico-Prática 420 horas/aula. Toda essa carga horária está disposta na Resolução CNE/CES n.º 2 de 18 de junho de 2007, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Esse ementário foi feito por uma comissão de professores e coordenadores selecionados pelo CRC com o apoio da FBC, com o objetivo de trazer melhorias para os cursos presencial, semipresencial e a distância. Ele obedece ao art. 2º da Resolução CNE/CES n.º 10/04, que trata dos seguintes pontos: o perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades; os componentes curriculares integrantes; os sistemas de avaliação do estudante e do curso; o estágio curricular supervisionado; as atividades complementares; a monografia, o projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – por exemplo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição e o regime acadêmico de oferta. Além disso, traz uma gama de opções de disciplinas optativas, porém não limita as instituições a disponibilizarem apenas elas (Carneiro et al., 2009).

Algumas disciplinas do primeiro currículo presente na tabela 1, que permanecem em algumas instituições até hoje, como por exemplo, matemática financeira, está presente na matriz curricular de vários cursos de Ciências Contábeis, além de estar presente na proposta produzida pela Fundação Brasileira de Contabilidade. Desse modo, esse conjunto de decretos, resoluções e outras regulamentações servem para demonstrar como, desde os primórdios, o ensino e a profissão de contabilidade são influenciados pelos diversos regramentos emitidos por essas organizações. Esse processo pode ser explicado a partir do fenômeno do isomorfismo institucional (Dimaggio; Powell, 2005). Os mecanismos dessa homogeneização

são apresentados por esses autores para explicar porque as organizações tendem a adotar padrões similares. Esse fenômeno e os mecanismos pelos quais ele se manifesta são explicados com mais detalhes na seção seguinte.

2.2 Isomorfismo Institucional: em busca de uma explicação teórica para a escolha das matrizes curriculares

Santos, Domingues e Ribeiro (2013) analisam como normas e padrões podem influenciar o sistema de educação, afirmando que aspectos institucionais impactam a decisão das IES sobre tal questão. Nesse sentido, este estudo utiliza como lente teórica principal o isomorfismo institucional, que “[...] constitui uma ferramenta útil para se compreender a política e o cerimonial que permeiam parte considerável da vida organizacional moderna” (Dimaggio; Powell, 2005, p. 77).

Referências sobre esse tema, DiMaggio e Powell (2005, p. 75) questionaram porque existe entre as organizações uma homogeneidade no que diz respeito a forma e práticas organizacionais, explicando que “uma vez que um campo se torne bem estabelecido, há um impulso inexorável em direção à homogeneização”. No campo da educação de nível superior, esses movimentos podem ser analisados sob essa perspectiva. Essas “organizações buscam então adaptar suas estruturas e procedimentos – serem isomórficas – às expectativas do contexto” (Santos; Domingues; Ribeiro, 2013, p. 114). Do mesmo modo, Ott e Pires (2010) afirmam que as IES estabelecem os currículos dos cursos buscando atender às demandas do campo de atuação profissional dos egressos.

Dimaggio e Powell (2005) explicam que esse fenômeno de homogeneização ocorre por influencia de três mecanismos, que denominam como: isomorfismo coercitivo, isomorfismo mimético e isomorfismo normativo. Eles apresentam como exemplo de isomorfismo coercitivo a adoção pelas escolas de currículos adequados aos padrões previstos pelo Estado. Esse mecanismo “resulta tanto de pressões formais quanto de pressões informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam” (Dimaggio; Powell, 2005; p. 77).

No isomorfismo mimético, em resposta às incertezas do ambiente as organizações tendem adotar procedimentos homogênicos aos adotados por organizações tidas como modelo (Dimaggio; Powell, 2005). Segundo esses autores, a busca por seguir organizações modelo é explicada pela intenção da organização de se legitimar, ao demonstrar que age conforme as “melhores práticas”. Por essa lógica, IES menos reconhecidas estariam motivadas a adotar os modelos das instituições que possuem maior reconhecimento.

Outro mecanismo de homogeneização ocorre por meio do isomorfismo normativo, decorrente da profissionalização das organizações. Concordando com Larson (1977) e Collins (1979), Dimaggio e Powell (2005) entendem que na profissionalização os membros das organizações procuram estabelecer condições e métodos para o seu trabalho, bem como para obter a legitimação da profissão frente à clientela. Desse modo, a adoção de uma estrutura curricular em consonância com a estabelecida por órgãos reguladores da profissão, é também uma forma de as IES se mostrarem como prontas para formar profissionais preparados

conforme as necessidades do mercado de trabalho. Assim, por esse mecanismo normativo, é provável que as IES adotem medidas, tais como a estrutura curricular do curso, em conformidade com o previsto em órgãos reguladores e profissionais, como o Conselho Nacional de Educação e a Fundação Brasileira de Contabilidade.

Cabe dizer que “[...] algumas organizações respondem rapidamente a pressões externas. Outras se transformam somente após um longo período de resistência” (Dimaggio; Powell, 2005, p. 82). Além disso, segundo esses autores, esses três tipos de isomorfismo nem sempre são distintos empiricamente, o que implica que a homogeneização em certas circunstâncias é influenciada por um fato que assume características de mais de um dos mecanismos, ou ainda que a delimitação quanto ao tipo de isomorfismo nem sempre é facilmente realizada.

Considerando o exposto, bem como essa última limitação, neste estudo buscou-se analisar as matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis, comparando com a Proposta da FBC, verificando como as questões de isomorfismo influenciam esse cenário. Os procedimentos para tal são apresentados no capítulo que segue.

3. METODOLOGIA

Através da observação do nível de aproveitamento da proposta produzida em 2009, pela FBC para as Instituições de Ensino Superior Brasileiras, esse trabalho pode ser catalogado como descritivo. O processo descritivo procura a identificação, registro e análise das características, que culminaram em tal processo ou fenômeno (Perovano, 2014). Para Andrade (2002), a pesquisa descritiva se importa em observar a ocorrência dos fatos, através de análises, compreensão e identificação, sem a interferência do pesquisador.

As IES aqui consideradas são as classificadas como faculdades, centros universitários e universidades. Inicialmente, as instituições são intituladas de faculdades. Para credenciar como universidade ou centro universitário precisa ter funcionamento regular e um padrão satisfatório de qualidade. Além disso, na universidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão estão interligadas e elas possuem autonomia para a criação de cursos sem a autorização do MEC (Ministério da Educação), entretanto devem informar à Secretária competente para que possa ser avaliado e supervisionado em sessenta dias (Brasil, 2006).

No que diz respeito aos procedimentos, esta é uma pesquisa documental, ao analisar tanto a matriz curricular das IES quanto o conteúdo da Proposta curricular da FBC. A coleta desses dados ocorreu com base em pesquisas das matrizes curriculares nas fontes documentais das instituições escolhidas. Foi analisada a matriz curricular de um universo de 80 Instituições de Ensino Superior, comparando o seu nível de igualdade com o da proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). Este universo examinado se encontra no *ranking* universitário da folha de São Paulo do ano de 2015. Foram consideradas e comparadas as matrizes curriculares das primeiras 80 IES encontradas nesse *ranking* e reconhecidas pelo MEC (Ministério da Educação). Por fim, diante da população composta por 80 IES abordadas, duas não disponibilizaram a sua grade atual do curso de Ciências Contábeis, mesmo por meio de contato direto com as IES, foi informado que só era possível

disponibilizar o currículo do curso pessoalmente. Assim, atingiu-se 78 das 80 totais da população.

Com base no site da Folha de São Paulo, onde se encontram as instituições utilizadas, foram catalogadas conforme a ordem em que aparecem no ranking. A matriz curricular vigente do curso de Ciências Contábeis dessas instituições foi localizada no *site* de cada uma e então analisada cada disciplina presente no currículo. Após essa análise, houve uma comparação entre o currículo da IES com a proposta da FBC.

Depois da comparação foi atribuída uma pontuação, considerando as disciplinas semelhantes à proposta da FBC, além da divisão em grupos das disciplinas sugeridas, são eles: Conteúdo de Formação Básica, Conteúdo de Formação Profissional, Conteúdo de Formação Teórico-Prática e Conteúdo de Disciplinas Optativas. Considerando que as disciplinas de formação profissional possuem um peso maior, e que a adesão à proposta da FBC poderia ocorrer parcialmente, estes pesquisadores elaboram uma escala de pontuação que varia de 0 (zero) a 3 (três), disposto conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 : Pontuação para a análise da similaridade das disciplinas

Ocorrência	Pontuação
Disciplinas que não estão presentes no currículo da IES, mas constam no proposto pela FBC.	0
Disciplinas que existem na matriz da IES como optativas, mas deveriam ser de um componente obrigatório de acordo com a Proposta da FBC; e vice-versa.	1
Disciplinas das categorias: conteúdo de formação básica, conteúdo de formação teórica-prática e conteúdo de disciplinas optativas, que estavam assim previstas tanto no currículo da IES quanto na Proposta da FBC.	2
Disciplinas do conteúdo de formação profissional que estavam assim previstas tanto no currículo da IES quanto na Proposta da FBC.	3

Fonte: Elaboração própria.

Em alguns casos, a pontuação 1,5 (um e meio) foi atribuída para as matérias que não aparecem na matriz da IES na forma inteiramente prevista pela FBC. Exemplo: a Fundação apresenta a disciplina instituições do direito público e privado, entretanto na IES só existe o direito público. A pontuação máxima que uma instituição poderia obter seria 113 (cento e treze), já que esse seria o somatório máximo de todas as disciplinas presentes tanto nas matrizes das IES analisadas quanto no currículo proposto pela FBC. As IES que apresentaram pontuação entre 0 a 49 pontos foram consideradas como de baixa utilização da proposta da FBC. As com pontuação entre 50 e 80 pontos foram consideradas de desempenho intermediário; e as que obtiveram de 81 a 101 admitiu-se como de alta utilização.

Além disso, houve outra pontuação atribuída por disciplina. Como a análise final considerou um total de 78 IES, a pontuação máxima que poderia ocorrer dentro de uma disciplina das categorias Conteúdo de Formação Básica, Conteúdo de Formação Teórico-Prática e Conteúdo de Disciplinas Optativas foi de 156 (caso a disciplina tirasse 2 em todas as IES). Já a pontuação máxima que aconteceria para as disciplinas da categoria Conteúdo de Formação Profissional foi de 234 pontos (caso a disciplina tirasse 3 em todas as IES).

Após catalogadas em suas referidas categorias, em uma planilha feita no Microsoft Excel®, em que as colunas ficaram divididas em: data de fundação, estado, se é universidade, faculdade ou centro universitário, nota no ENADE e o nome de cada matéria envolvida; e nas linhas constavam cada IES e as notas atribuídas para cada coluna. Assim, na última coluna

ficou o total ao qual foram somadas as pontuações feitas no decorrer das colunas com os nomes das disciplinas. Na última linha constou a pontuação de cada disciplina.

4. ANÁLISE DE DADOS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o nível de utilização da proposta produzida em 2009, pela Fundação Brasileira de Contabilidade nas universidades brasileiras. A partir da aplicação da metodologia proposta, pode-se atingir os objetivos específicos por meio de informações coletadas e do comparativo da proposta produzida em 2009, pela Fundação Brasileira de Contabilidade, com as matrizes utilizadas pelas IES ranqueadas pela Folha de São Paulo com os melhores cursos de Ciências Contábeis.

Os dados coletados com base na metodologia especificada, demonstram que a média de uso das 78 universidades ficou em 67 pontos. Em termos percentuais (dividindo-se a pontuação de cada IES pelo máximo possível) a média de adesão à Proposta da FBC é de 50,4%. Contudo, de modo a aprofundar a análise, observou-se inicialmente a pontuação específica de cada IES, destacando na tabela 2 as que mais aderiram e as que menos aderiram:

Tabela 2: Nível de Adesão da Proposta Curricular da FBC

IES	Fundaçã o	Tipo	Nível de Utilização	Ranking Folha de SP
UNP	1981	U	62,4%	47
UFBA	1946	U	61,7%	9
UEFS	1970	U	61,7%	74
UFSC	1960	U	60,9%	7
USP	1934	U	60,2%	2
UFJF	1970	U	59,4%	29
UNIVALI	1965	U	58,6%	48
UFRJ	1920	U	57,1%	3
UFAM	1962	U	57,1%	41
UESB	1980	U	57,1%	43

IES	Fundaçã o	Tipo	Nível de Utilização	Ranking Folha de SP
UNA	1961	C	43,6%	49
UFAL	1961	U	42,9%	52
UFS	1967	U	42,9%	70
UNISINOS	1969	U	42,1%	27
UNINORTE	1994	C	42,1%	60
UNIFACS	1972	U	40,6%	32
UNISAL	1952	C	39,8%	80
UNIGRANRIO	1972	U	39,1%	78
PUCRS	1948	U	38,3%	33
UNIMAR	1988	U	36,8%	72

Fonte: Elaboração própria.

A Universidade Potiguar (UNP), no Rio Grande do Norte, teve o maior aproveitamento das disciplinas, ficando com 83 pontos que equivale a 62,40%. Enquanto que a Universidade de Marília (UNIMAR), localizada no estado de São Paulo, teve o menor aproveitamento com apenas 49 pontos, que é equivalente a 36,80%. Nota-se que entre as que mais utilizam há IES que estão entre as 10 melhores do país na área de Contabilidade, segundo o ranking da Folha de São Paulo, além de todas elas serem do tipo universidade (lembrando que a população é formada também por centro universitários e faculdades), sendo esse tipo, normalmente, o que é considerado como um modelo mais legitimado de instituição.

Dessa tabela, ainda é possível verificar o ano de fundação das IES. Pelo exposto, há indícios de que o tempo de existência não é um elemento explicativo dessa adesão. Seguindo com o detalhamento desta análise, pode-se notar que a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), obtiveram as seguintes pontuações, 65,5 e 63,5, respectivamente. Isso demonstra, nos extremos, um nível similar de utilização da IES mais velha da pesquisa, fundada em 1902 (FECAP), e o da mais nova da população do estudo, fundada em 2002 (UFCG).

Foi feita também uma análise considerando o desempenho das instituições em comparação com o seu desempenho no Enade, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3: Nível de utilização x nota do ENADE.

IES	Nota Enade	Nível de Utilização
UEL	5	55,6%
UFSC	5	54,9%
PUC PR	5	51,9%
FURB	5	50,4%
FECAP	5	49,6%
UFG	5	48,1%
UFMT	5	46,6%
Média		51,0%

IES	Nota Enade	Nível de Utilização
UEFS	2	61,7%
UCB	2	50,4%
FCHE	2	48,9%
UNICEUMA	2	48,1%
FMU	2	47,4%
UNAMA	2	46,6%
UNIPÊ	2	46,6%
Média		49,9%

Fonte: Elaboração própria

Das 80 instituições de ensino superior que compõem a população analisada, 7 delas obtiveram o conceito máximo no Enade – 5 (cinco), com uma média de utilização de 67,8 pontos, e uma média percentual de 51% de adequação à Proposta da FBC. Já as IES que receberam nota 2 (dois), um total também de 7 instituições, a média é de 66,4, num percentual de 49,9%. Estes achados são um indício de que o nível de utilização da Proposta Curricular da FBC não influencia na nota do Enade. Esse resultado é compreensível, já que essa nota é influenciada por outros elementos para além do desempenho discente, esse que tem forte relação com os conteúdos abordados ao longo do curso.

Ainda foi observando o nível de utilização da proposta da FBC considerando as 10 (dez) melhores universidades do *Ranking* Universitário do curso de Ciências Contábeis de 2015, da Folha do Estado de São Paulo, em comparação com as 10 últimas desse ranking com as melhores. Os dados estão apresentados na tabela 4:

Tabela 4: Nível de utilização x Ranking Folha de São Paulo.

IES	TOTAL	%	Ranking Folha de SP
UFMG	73	54,9%	1
USP	80	60,2%	2
UFRJ	76	57,1%	3
PUC SP	74	55,6%	4
UNB	58	43,6%	5
UFPR	74	55,6%	6
UFSC	81	60,9%	7
UFRGS	71	53,4%	8
UFBA	82	61,7%	9
UEM	73	54,9%	10

IES	TOTAL	%	Ranking Folha de SP
UFMS	62	46,6%	71
UNIMAR	49	36,8%	72
UAM	61	45,9%	73
UEFS	82	61,7%	74
UNICEUMA	64	48,1%	75
FCHE	65	48,9%	76
FA7	69	51,9%	77
UNIGRANRIO	52	39,1%	78
UCDB	70	52,6%	79
UNISAL	53	39,8%	80

Como mostra a tabela, as três primeiras colocadas no Ranking da Folha de São Paulo obtiveram os seguintes níveis de utilização: UFMG (primeira) teve um índice de 73 ou 54,9%, a USP (segunda) obteve 80,0 ou 60,2% e a UFRJ (terceira) fez 76 pontos, o que corresponde a 57,1%. A média de utilização entre as 10 melhores é de 55,8%.

Entre as últimas do mesmo *ranking*, três delas foram pontuadas da seguinte forma: UNIGRANRIO assinalou 52 pontos ou 39,1%. A UCDB marcou 70 pontos, ou 52,6% e a UNISAL atingiu 53 pontos, o que corresponde a 39,8%. Ou seja, duas delas estão abaixo da média populacional. No geral, os dados da Tabela 4 mostram que a média de adesão à proposta curricular da FBC é maior entre as IES melhores classificadas no Ranking da Folha de São Paulo.

Analisando as médias de utilização por regiões tem-se os dados expostos na tabela 5:

Tabela 5: Nível de utilização x Internet

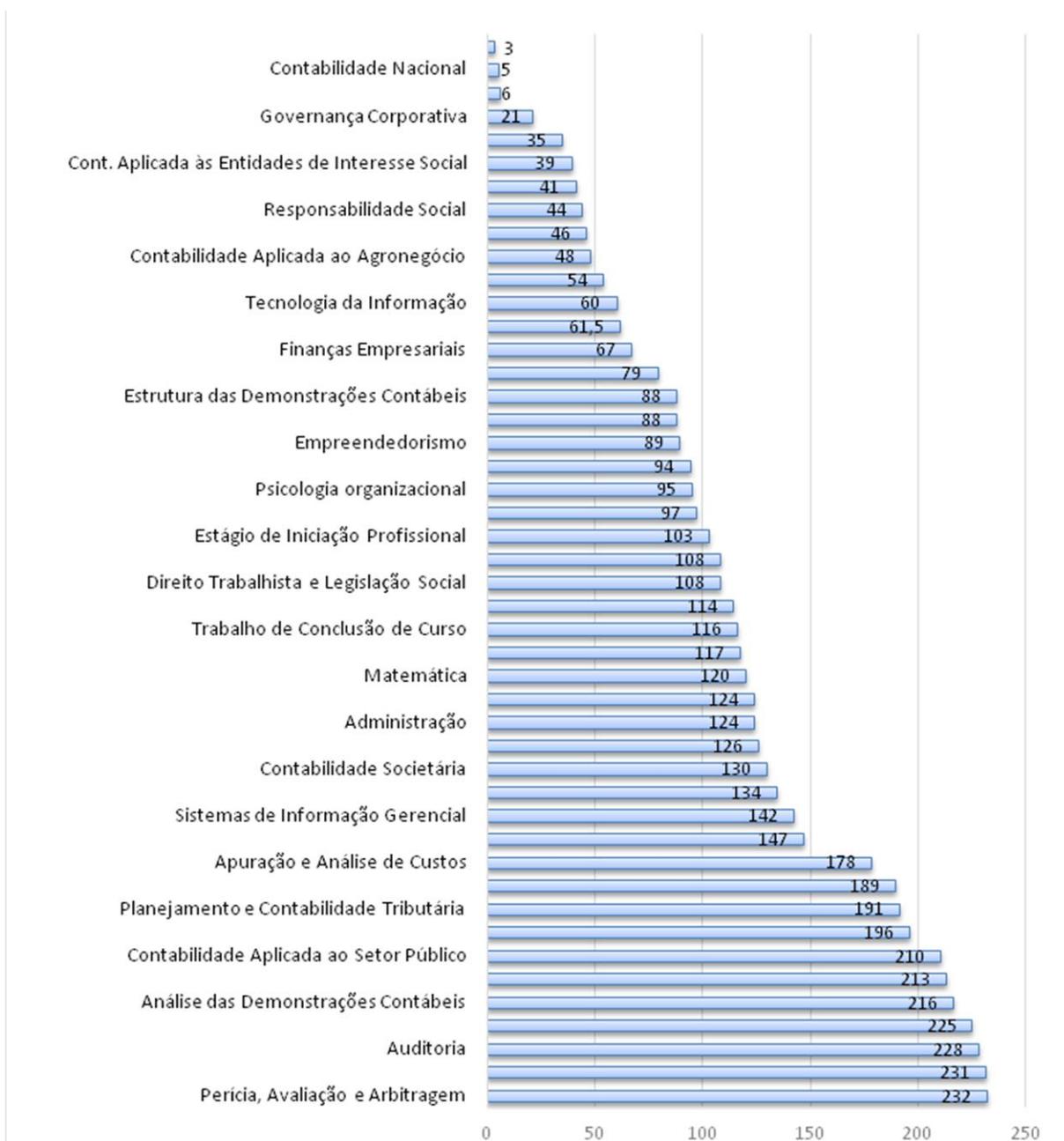
Região	Pontos Obtidos	Nível de Utilização	Número de IES
Nordeste	67,5	66,83%	20
Sul	66,80	66,13%	21
Sudeste	66,24	65,58%	25
Centro- Oeste	64,55	63,91%	9
Norte	64,16	63,52%	3

Fonte: Elaboração própria

A tabela apresenta a média de utilização pelas regiões do Brasil. Quanto à IES que teve destaque em cada em região, no Sudeste foi a Universidade de São Paulo (USP), no Sul com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Norte ficou com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no Nordeste ficou com a Universidade Potiguar (UNP) e no Centro-Oeste ficou com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás).

Para melhor explicitar o primeiro objetivo específico que é conhecer as matrizes curriculares consideradas pela Folha de São Paulo como as melhores para o curso de Ciências Contábeis, por meio de uma análise detalhada, está apresentado o Gráfico 1, com as respectivas disciplinas sugeridas pela FBC. Dentre as disciplinas apresentadas, as 3(três) mais utilizadas respectivamente pelas IES foram: Perícia, Avaliação e Arbitragem (232 pontos), Contabilidade Custos (231 pontos) e Auditoria (228 pontos), elas se enquadram na categoria Conteúdo de Formação Profissional.

Gráfico 1 – Ordem crescente da utilização das disciplinas.



Fonte: Elaboração própria.

Foi analisado que as 3 (três) disciplinas menos utilizadas foram respectivamente: Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões (3 pontos), Contabilidade Nacional (5 pontos), essas estão classificadas na categoria Disciplinas Optativas, e Filosofia da Ciência (6 pontos), essa encontra-se na categoria Conteúdo de Formação Básica, com uma ressalva para a PUC-Goiás e a UEFS, são as únicas universidades que apresentam essa disciplina da grade obrigatória.

As disciplinas de Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões têm por objetivo permitir a compreensão do regulamento das entidades que exercem o poder público em transações de subvenções, assistências governamentais e contratos de concessões, porém muitas vezes esse assunto acaba sendo tratado em Contabilidade Pública, fazendo com que muitas IES dispensem essa matéria. Já Contabilidade Nacional tem como objetivo proporcionar o entendimento do andamento das contas nacionais e da formação do produto interno bruto, o que muitas vezes é tratado em Contabilidade Geral permitindo que as IES também não adotem essa disciplina. O objetivo de Filosofia da Ciência está ligado ao desenvolvimento do raciocínio lógico a partir da consciência histórico-filosófica, é algo que também está relacionado a outras disciplinas como as de Direito e Sociologia, dando possibilidade a não adoção dessa matéria no currículo.

Quando se trata das disciplinas mais utilizadas, Perícia, Avaliação e Arbitragem, Contabilidade Custos e Auditoria, essas têm como objetivos, respectivamente: aumentar os conhecimentos teóricos e práticos das atividades de Perito Contábil, Árbitro e Avaliador, como funções essenciais ao profissional de Ciências Contábeis; utilizar os conceitos de custos para o intuito de avaliação, controle dos estoques e conhecimento dos instrumentos, dos sistemas de custo, com o propósito de fornecer base para a tomada de decisão; absorver as normas e os conceitos teóricos para o desempenho da atividade de auditoria contábil, indispensáveis à formação profissional do auditor; entender também a auditoria contábil dos elementos patrimoniais e de resultado, aplicando procedimentos em extensão, profundidade e oportunidade adequadas. Elas são mais utilizadas, pois elas seguem o que se exige na Resolução CNE/CES 10 de 16 de dezembro de 2004.

Assim, atinge-se aos objetivos específicos elaborado pelo Quadro 1 e pelo Gráfico 2 (ambos no apêndice), de modo a consolidar as principais informações das matrizes curriculares das 78 IES. Demonstrando então que algumas disciplinas têm uma abrangência maior que outras, ou seja, que elas são realmente necessárias para a formação básica de qualquer Contador, enquanto que outras não têm essa relevância. Isso pode ser exemplificado através do Gráfico 2, que nele encontram-se disciplinas que estão em curso até os dias atuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que os objetivos específicos desse artigo eram o conhecimento e análise das 80 matrizes curriculares; e dos seus respectivos comparativos com a proposta da FBC, foi possível chegar a observação do nível de utilização pelas Instituições de Ensino Superior Brasileiras dessa proposição. E o maior uso desse currículo proposto se encontra na região do Nordeste, enquanto que o menor está na região Norte.

Entretanto, fica o questionamento: será que essa proposta é realmente a adequada? Esta indagação surge a partir do momento em que se analisa as disciplinas que são ofertadas, através do primeiro objetivo específico, que é o da observação da matriz curricular das IES. Por exemplo, duas Instituições (USP e UFSC) utilizaram a matéria Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões e as outras 76 preferiram não usar por algum motivo.

Foi possível perceber também que o uso do currículo não influencia na nota do ENADE, já que a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), mesmo com o nível de utilização em 61,5 pontos ou 60,89%, ou seja, abaixo da média geral teve pontuação 5 no ENADE. Enquanto que a Universidade Potiguar, que obteve o maior nível de utilização, com 83 pontos com nota 3 no ENADE e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) foi a segunda IES com o maior nível de utilização, obtendo 81,5 pontos teve nota 2 no ENADE.

Além disso, houve uma limitação no conhecimento de duas matrizes curriculares a da UNINOVE e a da UFPA, ambas não permitiram o acesso ao seu currículo. Sendo assim, as Instituições de Ensino Superior devem fazer uma análise detalhada de suas matrizes curriculares, pois esse é um fator importante na formação de Profissionais Contábeis, comparar com a da Fundação Brasileira de Contabilidade e observar se do jeito que está é realmente o currículo ideal para o curso de Ciências Contábeis.

Portanto, essa pesquisa traz outros problemas que podem ser analisados futuramente. O motivo de algumas disciplinas quase não serem utilizadas; se a proposta da FBC é realmente a melhor para os cursos de Ciências Contábeis no Brasil; se a FBC não deve atualizar seu currículo perante o mercado atual. Esses são alguns dos questionamentos que ficam após a análise do nível de utilização.

Referências

Andrade, Maria Margarida de. (2002). *Como preparar trabalhos para cursos de pós graduação: noções práticas*. 5 ed. São Paulo, Atlas.

Bacci, J. (2002). *Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica). Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, SP.

Brasil. Decreto-Lei nº7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Diário Oficial da União. Seção 1. 26/09/1945. p. 15297.

Brasil. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. *Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino*. Diário Oficial da União, 10 de maio de 2006. Seção 1, p. 6.

_____. Decreto no. 1339, de 9.01.1905. *Declara instituições de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caráter oficial; e dá outras providências*.

_____. Decreto no. 17329, de 28.05.1926. *Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino tecnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.*

Buesa, Natasha Young. (2010). A evolução histórica da contabilidade como ramo do conhecimento. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*, v. 1, n. 1.

Câmara dos Deputados, Google Analytics. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-norma-pl.html> . Acesso em 27 de abril de 2016.

Câmara dos Deputados, Google Analytics. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html> . Acesso em 27 de abril de 2016.

Capacchi, Maristela et al. (2007). A prática do ensino contábil no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise da grade curricular frente às exigências legais e necessidades acadêmicas. In: *Congresso Anpcont I*. São Paulo – SP.

Carneiro, Juarez Domingues et al. (2009). Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis. *Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade.*

Cervo, Amado Luiz e Silva, Roberto da. (2006). *Metodologia Científica*. Brasil: [Prentice Hall Brasil](http://www.prenticehall.com.br).

Cooper, Donald R; Schindler, Pamela S. (2003). *Métodos de pesquisa em administração*. 7ª edição – Porto Alegre: Bookman.

Conselho Nacional de Educação. (2016). Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf . Acesso em 20 de setembro de 2016.

Conselho Nacional de Educação. (2017). Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES n. 2, de 18 de junho de 2007*. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf > . Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

CRC São Paulo, Google Analytics. (2016). Disponível em:

http://www.crcsp.org.br/portal_novo/conheca/historia.htm . Acesso em 10 de março de 2016.

Cytrynowicz, R. (2001). *O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração*. São Paulo, Revista Álvares Penteado, v. 3, n. 6, p. 37-59, junho.

Diehl, Astor Antônio; Tatim, Denise Carvalho. (2006) *Pesquisa em Ciências Sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall.

Dimaggio, P. J.; Powell, W. W. (2005). A Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo Institucional e Racionalidade Coletiva nos Campos Organizacionais. *RAE– Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, abr-jun.

Folha de São Paulo. (2016) Disponível em <http://ruf.folha.uol.com.br/2015/ranking-de-cursos/ciencias-contabeis/> . Acesso em 09 de Maio de 2016.

Gil, Antonio Carlos. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas

Godoy, A. S. (2000) *A criação e a consolidação da FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - em São Paulo - no início do século XX*. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. Programa e Resumos dos Trabalhos do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, v. 1. p. 178-179.

Graybill, F.; Iver, H.K. e Burdick, R.K. (1998). *Applied Statistics, a first course in Inference*. Prentice Hall.

Iudícibus, S.(2006) *Teoria da Contabilidade*. 8ª. ed. São Paulo: Atlas.

Luna, S. V. (2002) *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC.

Marroni, Carlos Henrique; De Fátima Rodrigues, Alice; Panosso, Alceu. (2013) Panorama histórico do ensino superior da graduação em contabilidade no Brasil-sob a égide normativa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 32, n. 3, p. 1-17.

Martins, Eliseu; Rocha, Welington. (2008). *História da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Martins, E.; Silva, A. F.; Ricardino Filho, A. A. (2006). Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. *Revista Contabilidade e Finanças – USP*, São Paulo, n. 42, p.113-122, set. /dez.

Martins, Rosilda Baron. (2005). *Metodologia científica: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos*. Curitiba: Juruá.

Moreira, Antonio Flavio B. (2001). *Currículos e Programas nos Brasil*. Campinas, SP: Papirus.

Ott, E.; Pires, C. B. (2010). Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis no Brasil Versus Estruturas Curriculares Propostas por Organismos Internacionais: Uma Análise Comparativa. *Revista Universo Contábil*, FURB, Blumenau, v. 6, n.1, p. 28-45, jan./mar.

Peleias, I.; Bacci, J. (2004). Pequena Cronologia do Desenvolvimento Contábil no Brasil: Os Primeiros Pensadores, a Padronização Contábil e os Congressos Brasileiros de Contabilidade. *Revista Administração On Line*, Vol.5, No.3, p.39–54.

Peleias, Ivam Ricardo et al. (2007). Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 18, n. spe, p. 19-32.

Perovano, Dalton Gean. (2014). *Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social*. Curitiba: Juruá.

Pfaltzgraff, Rogério. (1956). *Aspectos científicos da Contabilidade*. Rio de Janeiro: Livraria Tupã, 240 p.

Ricardino, Álvaro. (2001) *A metafísica da contabilidade comercial e a história das aulas de comércio*. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 1, São Paulo: Anais do seminário. CD-ROM.

Sá, Antônio Lopes de. (1997). *História geral e das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, SAES, F. A. M..

Santos, A. C.; Domingues, M. J. C. S.; Ribeiro, M. J. (2013) Nível de Similaridade das Matrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições Paranaenses Listadas no MEC, ao Currículo Mundial. *ReCont: Registro Contábil – Ufal – Maceió/AL*, Vol. 4, p. 105-127, set/dez.

Schmidt, P. (2000) *História do pensamento contábil*. Porto Alegre: Bookman.

Schmidt, P; Santos, José Luiz dos. (2008). *História da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Senado Federal.(2016). Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880> . Acesso em 27 de Abril.

Soares, Sandro Vieira et al. (2011). Evolução do currículo de Contabilidade no Brasil desde 1809. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 10, n. 30, p. p. 27-42.

Universidades Definição. (2016). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/?view=127:perguntas-frequentes-911936531&id=116:qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades> Acesso em 27 de Junho.